



MAZAGÃO-AP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGÃO - AMAPÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 01/2026



BÔNUS
ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.

- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



MAZAGÃO - AP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGÃO -
AMAPÁ - AP

Professor de Educação
Infantil

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: SL-017JN-26
7908433290728

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos: Identificação de tema, tese, finalidade e público-alvo; Ideias principais e secundárias; Inferências, pressupostos e implícitos	9
2. Efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais e sintáticas: Semântica e estilística; Sinônima, antônima, homônima e parônima; Denotação e conotação; Polissêmia, ambiguidade e recursos estilísticos; Período composto e conectores: Coordenação e subordinação	14
3. Coesão, coerência	19
4. Intertextualidade; Leitura crítica de textos multimodais e jornalísticos	19
5. Gêneros e tipologias textuais: Narrativo, descriptivo, expositivo, injuntivo e argumentativo; Análise de gêneros – notícia, crônica, artigo de opinião, editorial, resenha, relatório e textos digitais; Estilo e intencionalidade discursiva	21
6. Adequação de registro e estilo em situações formais e informais	28
7. Ortografia, acentuação e uso do hífen: Regras ortográficas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; Emprego de letras e casos especiais	31
8. Acentuação de oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas	34
9. Uso de maiúsculas, minúsculas, abreviaturas e siglas	35
10. Pontuação e seus efeitos de sentido: Uso da vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, parênteses, travessão e aspas; Pontuação em orações adjetivas e apositivas; Recursos de pontuação na argumentação e estilo	36
11. Morfologia e formação de palavras: Estrutura e classes de palavras; Vozes verbais e funções do “se”: Voz ativa, passiva e reflexiva; Funções do “se” – apassivador, índice de indeterminação do sujeito, parte integrante do verbo e pronome reflexivo/recíproco; Construções estilísticas com voz passiva e pronomes	38
12. Flexões nominais e verbais	42
13. Processos de formação – derivação, composição, abreviação e neologismos	45
14. Valor estilístico das categorias gramaticais	50
15. Sintaxe e concordância: Termos da oração (sujeito, predicado, complementos e acessórios);	57
16. Concordância verbal e nominal em construções simples e complexas	60
17. Ambiguidades e construções de duplo sentido	62
18. Crase: Regras de uso obrigatório, facultativo e proibido da crase; colocação pronominal:	66
19. Regência: Regência verbal e nominal	69
20. Colocação pronominal – próclise, ênclide e mesóclise; colocação pronominal:	72
21. Valores semânticos dos conectores; Período composto na argumentação e na coesão do texto	73
22. Figuras de linguagem – metáfora, metonímia, comparação, hipérbole, eufemismo, ironia, antítese, paradoxo, personificação, gradação, anáfora e elipse	74
23. Redação, norma padrão e redação oficial: Estrutura de textos dissertativos-argumentativos; Noções de redação oficial – ofício, requerimento, relatório, parecer, ata, memorando e comunicado; Clareza, concisão, precisão vocabular e imprecisão	77
24. Adequação de estilo no serviço público	86
25. Revisão e correção de textos	91

Raciocínio Lógico

1. Fundamentos de lógica e raciocínio lógico: proposições, valores lógicos, linguagem lógica e interpretação de enunciados complexos; Lógica proposicional: proposições simples e compostas; conectivos lógicos (negação, conjunção, disjunção, condicional e bicondicional); tabelas-verdade; equivalências e leis lógicas; tautologias, contradições e contingências; Argumentação e inferência lógica: análise da estrutura de argumentos; validade e consistência; identificação de falácias; inferências dedutivas e indutivas	109
---	-----

ÍNDICE

2. Conjuntos e relações: noções de conjunto e subconjunto; operações entre conjuntos (união, interseção, diferença e complemento); diagramas de Venn; problemas envolvendo relações e classificações.....	123
3. Sequências e padrões lógicos: sequências numéricas, algébricas, lógicas e figurais; reconhecimento de regularidades; progressões aritméticas e geométricas; análise de padrões complexos	127
4. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem; arranjos, permutações e combinações; resolução de problemas aplicados; Probabilidade: conceitos básicos; espaço amostral e eventos; cálculo de probabilidade simples e composta; eventos independentes e dependentes.....	130
5. Raciocínio lógico-matemático: resolução de problemas envolvendo razão, proporção, porcentagem, equações simples e interpretação matemática de situações-problema.....	134
6. Raciocínio espacial e geométrico: relações espaciais; visualização e interpretação de figuras geométricas planas; análise de deslocamentos, posições e formas	140
7. Organização e análise de informações: leitura, interpretação e análise crítica de tabelas, gráficos, quadros e esquemas; resolução de problemas a partir de dados estruturados	146

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos gerais do Município de Mazagão e do Estado do Amapá: localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural, importância regional e inserção no contexto amazônico e nacional	155
2. Geografia, meio ambiente e sustentabilidade: clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais do Amapá; preservação ambiental; desenvolvimento sustentável; impactos socioambientais e políticas de proteção ao meio ambiente	159
3. Organização político-administrativa e cidadania: estrutura do Estado brasileiro; competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; direitos e deveres do cidadão; participação social e controle social da Administração Pública.....	164
4. Cultura, sociedade e diversidade: diversidade cultural brasileira e amazônica; manifestações culturais tradicionais; identidade regional; respeito à pluralidade social, cultural e étnica	164
5. Economia e desenvolvimento: atividades econômicas predominantes; setor público e privado; trabalho, renda e desenvolvimento regional; noções de economia local e regional	169
6. Políticas públicas e serviços essenciais: saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura; papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas; impacto dos serviços públicos na qualidade de vida da população.....	174
7. Ética, cidadania e responsabilidade social: ética na vida pública e privada; responsabilidade social; respeito às normas de convivência; promoção da cidadania e dos direitos humanos	177
8. Atualidades de interesse geral: temas relevantes do cenário local, estadual, nacional e global amplamente divulgados pelos meios de comunicação, relacionados à política, economia, sociedade, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação, sem cobrança de datas, números, nomes próprios ou eventos específicos	178
9. Tecnologia, informação e sociedade: uso das tecnologias da informação e comunicação; acesso à informação; transformação digital; impactos sociais, econômicos e culturais das tecnologias.....	179
10. Saúde, qualidade de vida e bem-estar social: determinantes sociais da saúde; hábitos saudáveis; prevenção de doenças; segurança e qualidade de vida no contexto social e urbano	182

Legislação

1. Constituição Federal de 1988: fundamentos da República Federativa do Brasil; princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade.....	189
2. Organização do Estado brasileiro: estrutura político-administrativa; União, Estados, Distrito Federal e Municípios; repartição de competências	193
3. Funções dos Poderes Executivo e Legislativo, com ênfase na esfera municipal	200
4. Administração Pública: princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; controle da Administração Pública; responsabilidade administrativa; atuação voltada ao interesse público.....	205

ÍNDICE

5. Agentes públicos e serviço público: conceitos gerais; deveres, responsabilidades e vedações; ética no exercício da função pública; compromisso com a eficiência, a probidade administrativa e o interesse coletivo	209
6. Atos administrativos: noções gerais; requisitos de validade; atributos dos atos administrativos; invalidação, anulação e revogação.....	221
7. Direitos humanos, ética e cidadania: direitos humanos fundamentais; respeito à diversidade; combate a discriminações; ética pública, responsabilidade social e observância das normas jurídicas.....	234
8. Controle social e transparência: noções de controle interno e externo; papel dos órgãos de controle; transparência administrativa; acesso à informação como instrumento de cidadania.....	238

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. Fundamentos da Educação Infantil: Concepções históricas e filosóficas da Educação Infantil no Brasil	253
2. A criança como sujeito histórico, social e de direitos	255
3. Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica; Princípios éticos, políticos e estéticos da Educação Infantil ..	256
4. Papel da creche e da pré-escola no desenvolvimento integral da criança.....	257
5. Relação entre cuidar e educar	259
6. Educação Infantil no contexto da BNCC e do PNE.....	261
7. Ética e responsabilidade docente na primeira infância	262
8. Desenvolvimento Infantil: Aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais do desenvolvimento; Teorias do desenvolvimento: Piaget, Vygotsky, Wallon e Erikson	264
9. Interação social e mediação pedagógica; Brincadeira, imaginação e aprendizagem.....	270
10. Linguagem oral, gestual e escrita na primeira infância	271
11. O corpo, o movimento e a expressão artística.....	272
12. Educação socioemocional e construção da autonomia;	273
13. Observação e acompanhamento do desenvolvimento infantil	276
14. Planejamento e Organização Pedagógica: Planejamento participativo e intencionalidade pedagógica	277
15. Rotina e tempo na Educação Infantil	278
16. Campos de experiências da BNCC: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.....	280
17. Interações e brincadeiras como eixos estruturantes	291
18. Organização de ambientes educativos e materiais didáticos.....	293
19. Avaliação qualitativa e contínua do desenvolvimento infantil.....	294
20. Documentação pedagógica e portfólios	295
21. Integração entre família e escola	299
22. Alfabetização e Linguagem na Primeira Infância: Concepções de alfabetização e letramento; O papel da Educação Infantil no processo de apropriação da linguagem escrita; Ludicidade e oralidade como base da alfabetização inicial; Práticas de leitura, escrita e contação de histórias; Alfabetização científica e digital na primeira infância; Relação entre linguagem, pensamento e culturaPráticas de incentivo à leitura e à expressão oral; Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	303
23. Currículo e Metodologias de Ensino: Currículo integrado e experiências significativas	305
24. Metodologias ativas e pedagogia por projetos.....	306
25. Práticas interdisciplinares e contextos socioculturais	310
26. Arte, música e movimento como linguagens expressivas.....	311
27. Jogos simbólicos e aprendizagem criativa	312

ÍNDICE

28. Tecnologias digitais e mediação pedagógica.....	313
29. A natureza e o meio ambiente na Educação Infantil.....	315
30. Avaliação da prática pedagógica e reflexão docente	316
31. Educação Inclusiva e Diversidade: Fundamentos da educação inclusiva e o direito à diferença; Atendimento Educacional Especializado (AEE) e práticas adaptativas.....	317
32. Acessibilidade física, comunicacional e pedagógica	323
33. Deficiências, transtornos e altas habilidades na Educação Infantil; Acolhimento e inclusão de crianças com deficiência..	324
34. Educação das relações étnico-raciais (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008)	326
35. Igualdade de gênero e respeito à diversidade; Formação ética e cidadã desde a infância	326
36. Políticas Públicas e Legislação Educacional: Constituição Federal de 1988 – artigos 205 a 214.....	327
37. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).....	331
38. Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)	350
39. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009);	366
40. BNCC e seus campos de experiências	368
41. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)	368
42. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)	407
43. Avaliação institucional e gestão democrática na Educação Infantil	412
44. Gestão e Relações Escolares: Gestão participativa e clima escolar	414
45. Projeto PolíticoPedagógico (PPP) da Educação Infantil.....	424
46. Trabalho em equipe e formação continuada	426
47. Papel do professor e do coordenador pedagógico	427
48. Relação escola-família-comunidade	428
49. Acolhimento e escuta sensível da criança.....	428
50. Planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico.....	429
51. Avaliação e Documentação Pedagógica: Avaliação processual e qualitativa; Observação e registro do cotidiano; Portfólios e relatórios descriptivos; Autoavaliação da prática docente; Indicadores de qualidade na Educação Infantil; Avaliação institucional participativa; Comunicação com famílias e devolutivas pedagógicas; A avaliação como instrumento de aprendizagem e reflexão.....	430
52. Ética e profissionalismo na atuação docente Ética e Profissão Docente: Compromisso ético e social do professor de Educação Infantil; Valorização da infância e respeito à singularidade da criança; Direitos e deveres do educador e do servidor público; Cuidado e afeto na prática pedagógica; Formação continuada e pesquisa na ação docente; Princípios da convivência democrática e da justiça social; Responsabilidade profissional e humanização do ensino; Educação infantil como espaço de cidadania e transformação social.....	432

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: IDENTIFICAÇÃO DE TEMA, TESE, FINALIDADE E PÚBLICO ALVO; IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS; INFERÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E IMPLÍCITOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que as palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

AMOSTRA

- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescrita de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa

RACIOCÍNIO LÓGICO

FUNDAMENTOS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO LÓGICO: PROPOSIÇÕES, VALORES LÓGICOS, LINGUAGEM LÓGICA E INTERPRETAÇÃO DE ENUNCIADOS COMPLEXOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS; CONECTIVOS LÓGICOS (NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, CONDICIONAL E BICONDICIONAL); TABELAS-VERDADE; EQUIVALÊNCIAS E LEIS LÓGICAS; TAUTOLOGIAS, CONTRADIÇÕES E CONTINGÊNCIAS; ARGUMENTAÇÃO E INFERNÊNCIA LÓGICA: ANÁLISE DA ESTRUTURA DE ARGUMENTOS; VALIDADE E CONSISTÊNCIA; IDENTIFICAÇÃO DE FALÁCIAS; INFERNÊNCIAS DEDUTIVAS E INDUTIVAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- **p:** “João é engenheiro.”
- **q:** “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

- **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

AMOSTRA

- “**João é alto.**” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- “**Seja bem-vindo!**” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- “**2 + 2 = 4.**” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- “**Ele é muito bom.**” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- “**Choveu ontem.**” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- “**Esta frase é falsa.**” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “**Abra a janela, por favor.**” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “**O número x é maior que 10.**” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
- (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
- (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
- (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou \neg	$\text{Não } p$	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO E DO ESTADO DO AMAPÁ: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS, FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL, IMPORTÂNCIA REGIONAL E INSERÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO E NACIONAL

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO E DO ESTADO DO AMAPÁ

A localização geográfica é um dos elementos fundamentais para compreender a realidade de uma região. No caso do município de Mazagão e do estado do Amapá, a posição no extremo norte do Brasil, dentro da região Amazônica, influencia diretamente o clima, a vegetação, o modo de vida da população e as possibilidades de desenvolvimento econômico. A seguir, são detalhados os aspectos geográficos que caracterizam essa porção do território brasileiro.

► Posição geográfica do Estado do Amapá

O estado do Amapá está situado na Região Norte do Brasil, fazendo parte da Amazônia Legal. É limitado ao norte com o estado do Pará, a oeste e sul também com o Pará, e ao leste pelo Oceano Atlântico. A norte, o Amapá também faz fronteira internacional com a Guiana Francesa, o que confere à região uma importância estratégica em termos de integração fronteiriça e segurança nacional. A capital do estado é Macapá, localizada às margens do rio Amazonas, exatamente sobre a linha do Equador.

O território do Amapá ocupa uma área de aproximadamente 142 mil quilômetros quadrados. Apesar da grande extensão territorial, é um dos estados menos populosos do país, com vastas áreas cobertas por florestas e reservas ambientais. O estado está totalmente inserido na bacia amazônica, o que significa que a hidrografia, a vegetação e o clima seguem os padrões típicos da floresta tropical úmida.

► Relevo, clima e hidrografia do Amapá

O relevo amapaense é predominantemente plano ou suavemente ondulado, o que facilita a formação de grandes áreas alagadas e várzeas, principalmente nas regiões ribeirinhas. Há também áreas de serras e planaltos ao sul e sudeste do estado, como as serras do Tumucumaque.

O clima é equatorial, quente e úmido durante todo o ano, com chuvas bem distribuídas e temperaturas médias elevadas, geralmente entre 25 °C e 32 °C. A estação chuvosa vai de dezembro a julho, e a seca se concentra entre agosto e novembro.

A rede hidrográfica é extensa e composta por rios importantes como o Amazonas, o Oiapoque, o Araguari e o Jari. Esses rios são vias fundamentais de transporte e abastecimento para muitas comunidades, especialmente nas zonas rurais e áreas de difícil acesso.

► Localização do município de Mazagão

Mazagão está localizado no sul do estado do Amapá, a cerca de 32 quilômetros da capital Macapá, sendo parte da chamada Região Metropolitana de Macapá. O município faz divisa ao norte com Macapá, ao leste com o rio Amazonas, ao sul com o município de Laranjal do Jari e a oeste com Porto Grande.

Sua posição geográfica é marcada pela proximidade com o rio Amazonas, o que historicamente favoreceu a ocupação do território e a prática de atividades econômicas ligadas à pesca, à agricultura de subsistência e ao extrativismo. Mazagão também é cortado por importantes cursos d'água, como o rio Mutuacá, que desempenha papel essencial no cotidiano das comunidades locais.

A cidade de Mazagão está situada em uma área de transição entre florestas de terra firme e várzeas, apresentando um ambiente rico em biodiversidade. A vegetação predominante é a floresta tropical, e o clima segue o padrão equatorial, com altas temperaturas e umidade elevada durante quase todo o ano.

► Infraestrutura de acesso e transportes

Apesar de sua proximidade com Macapá, o acesso a Mazagão envolve a travessia por balsa do rio Matapi ou a utilização da estrada AP-010, conhecida como rodovia Josmar Pinto. Esta conexão rodoviária é vital para o escoamento da produção local e o deslocamento de pessoas entre os dois municípios.

É importante destacar que, devido às características geográficas da região amazônica, as vias terrestres ainda enfrentam limitações estruturais, principalmente no período das chuvas intensas. Por isso, em muitas localidades, os rios continuam sendo o principal meio de transporte e comunicação.

► Importância estratégica da localização

A posição geográfica de Mazagão e do Amapá, em geral, confere à região um papel relevante na política ambiental e de defesa do território brasileiro. Estar na fronteira norte do país e em uma zona de preservação ambiental faz com que o estado tenha importância não apenas regional, mas também nacional e internacional, sobretudo nas discussões sobre meio ambiente, soberania amazônica e desenvolvimento sustentável.

Além disso, o fato de o estado do Amapá estar praticamente isolado das demais regiões brasileiras por rodovias terrestres reforça a necessidade de integração por meio de políticas públicas específicas, que considerem a realidade amazônica como singular em relação ao restante do país.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE MAZAGÃO E DO AMAPÁ

As características socioeconômicas de um território revelam muito sobre o estilo de vida da população, as atividades produtivas predominantes e os desafios enfrentados na busca por

AMOSTRA

desenvolvimento. No caso de Mazagão e do estado do Amapá, essa realidade é marcada por contrastes entre potencial natural e limitações estruturais, com forte dependência do setor público e desafios ligados à infraestrutura, educação e geração de emprego. Ainda assim, observa-se um processo de transformação impulsionado por políticas públicas e iniciativas locais.

► Perfil demográfico

O estado do Amapá é um dos menos populosos do Brasil, com cerca de 900 mil habitantes, segundo estimativas recentes. A população está majoritariamente concentrada na capital, Macapá, que abriga mais de 60% dos habitantes do estado. O restante está distribuído entre os outros municípios, com destaque para Santana, Laranjal do Jari e Mazagão.

Mazagão, por sua vez, possui uma população estimada em cerca de 23 mil habitantes. A densidade demográfica é baixa, com grande parte da população vivendo em áreas rurais ou em pequenas comunidades ribeirinhas. A taxa de urbanização é menor que a média estadual, o que influencia o acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana.

A composição etária revela uma população jovem, com presença significativa de crianças e adolescentes. Isso gera demanda por políticas voltadas para educação, saúde e qualificação profissional, especialmente no interior do estado.

► Economia do estado do Amapá

A economia do Amapá apresenta uma estrutura pouco diversificada, com forte participação do setor público, que é o principal empregador e movimentador da renda regional. Isso inclui administração pública, educação, segurança e saúde, tanto no nível estadual quanto federal.

O setor de serviços representa a maior fatia do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, seguido pela indústria e, por fim, pela agropecuária. No entanto, a contribuição do setor industrial é limitada e concentrada em atividades extractivas, como a mineração, especialmente nas regiões de Serra do Navio e Calçoene, e na extração de minérios como ouro, manganês e ferro.

A agropecuária e a pesca também têm papel importante, embora de forma mais expressiva em municípios como Mazagão, Iaúbal e Ferreira Gomes. A produção agrícola está voltada para o consumo local e inclui culturas como mandioca, milho, feijão, frutas regionais e hortaliças. A criação de gado, suínos e aves também é praticada em pequenas propriedades familiares.

► Economia de Mazagão

Mazagão apresenta um perfil econômico rural, com predomínio de atividades primárias. A agricultura familiar é a base da produção agrícola, voltada para o abastecimento interno e para os mercados locais e da capital. Destacam-se produtos como mandioca, banana, abacaxi e hortaliças, além da produção de farinha de mandioca, que tem forte valor cultural e econômico.

A pesca artesanal, tanto em rios quanto em lagos, é uma atividade tradicional e importante fonte de renda para muitas comunidades. O extrativismo vegetal, com destaque para a coleta de açaí, bacaba, castanha-do-pará e andiroba, também contribui para a economia local.

O setor de serviços é limitado, mas atende às necessidades básicas da população, com comércios locais, transportes, pequenas prestadoras de serviços e o funcionalismo público. Como em grande parte do estado, a administração municipal é um dos principais empregadores diretos e indiretos.

► Infraestrutura e acesso a serviços

A infraestrutura no Amapá ainda enfrenta diversos gargalos, especialmente fora da capital. O fornecimento de energia, que já passou por crises no passado, está em processo de estabilização com investimentos em linhas de transmissão interligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). No entanto, a cobertura ainda é instável em áreas isoladas e comunidades ribeirinhas.

Mazagão ainda lida com desafios relacionados ao saneamento básico, abastecimento de água potável, coleta de lixo e mobilidade urbana. O acesso à internet e à telefonia móvel, embora em expansão, é limitado em áreas mais distantes da sede municipal.

Na área da saúde, o município conta com unidades básicas de atendimento, mas casos de maior complexidade são geralmente encaminhados para Macapá. A educação básica está presente em toda a zona urbana e parte da rural, mas o acesso ao ensino médio e técnico ainda depende do deslocamento para outros municípios ou da oferta de modalidades alternativas, como a educação a distância.

► Indicadores sociais

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Mazagão está abaixo da média nacional, refletindo os desafios enfrentados na educação, renda e longevidade. Situação semelhante é observada em muitos municípios amapaenses. A taxa de pobreza ainda é elevada, e programas de transferência de renda como o Bolsa Família desempenham papel importante na economia doméstica.

Apesar disso, há avanços perceptíveis, com aumento na taxa de escolarização, maior presença de políticas sociais e iniciativas de empreendedorismo local, especialmente com foco em produtos regionais e atividades sustentáveis.

► Potencial de desenvolvimento

Tanto Mazagão quanto o estado do Amapá possuem potencial para o desenvolvimento baseado na sustentabilidade, aproveitando os recursos naturais de forma equilibrada. O turismo ecológico, o aproveitamento sustentável da biodiversidade, a agroindústria e a valorização das culturas tradicionais são caminhos possíveis para a diversificação da economia.

A ampliação de investimentos em infraestrutura, a melhoria da logística e o fortalecimento da educação e capacitação profissional são pontos-chave para transformar esse potencial em realidade. A inserção de Mazagão em projetos regionais de desenvolvimento sustentável pode ser uma estratégia importante para promover inclusão produtiva e melhoria da qualidade de vida.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DE MAZAGÃO E DO AMAPÁ

A história de uma região é fundamental para compreender sua identidade, sua organização social e a maneira como sua população se relaciona com o espaço e com o tempo. O estado do

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; CIDADANIA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E IGUALDADE

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atípicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

AMOSTRA

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam.

Sob o píloto da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravio, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; CIDADANIA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E IGUALDADE

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atípicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam.

Sob o píão da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucação.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

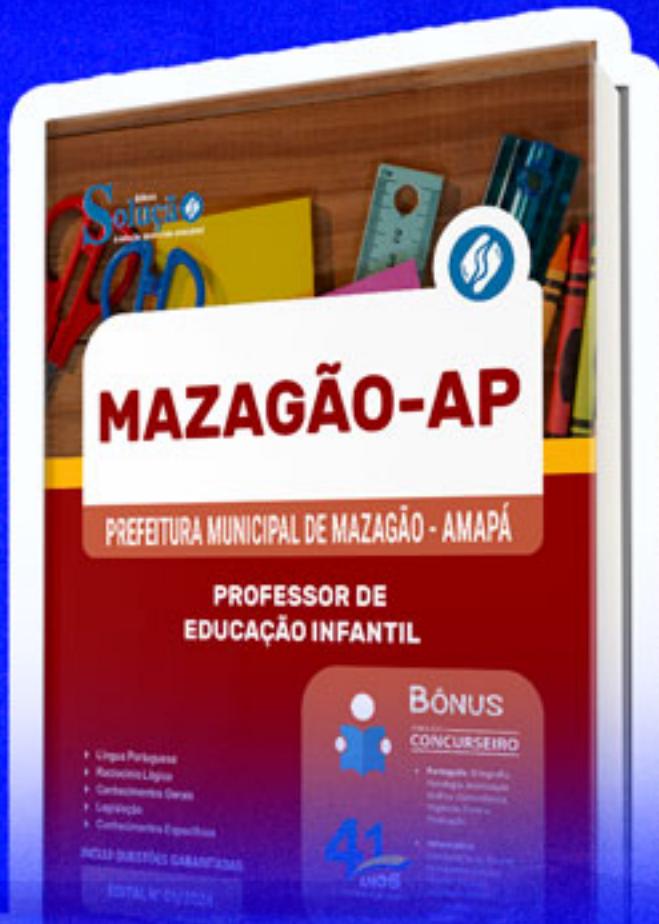
III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravio, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!